

Revisionismo ideológico e racismo epistemológico como plataforma política

Prof. Dr. Estevam Costa Thompson¹

Nos últimos anos, a disciplina História e seus profissionais têm sido alvo de campanhas organizadas de negacionismo, intimidação e silenciamento. Seus promotores ambicionam um revisionismo ideológico da disciplina e o controle dos temas que podem ser pesquisados e da forma como devem ser abordados. Para isso, utilizam uma narrativa distorcida dos fatos, na qual os professores de História não passam de “doutrinadores” que teriam como objetivo em suas vidas e carreiras deturpar a formação de crianças e jovens que estão sob sua tutela, desviando-os do caminho da verdade. Nessa trama sinistra, os professores nada mais são do que “inimigos da sociedade, da família e da pátria”. Guiados por supostos interesses escusos, esses profissionais precisariam ser vigiados de perto e vetados quanto ao que podem falar em sala de aula.

A realidade, no entanto, é bem menos fantástica e bem mais laboriosa do que as conspirações: profissionais sobrecarregados e com a saúde (física e mental) abalada, salas de aula lotadas, pais ausentes, remuneração e condições de trabalho desfavoráveis. Além disso, há a desconfiança e a rejeição daqueles que deveriam ser aliados na missão de educar. Com o advento das redes sociais, essas campanhas contra o conhecimento histórico e seus profissionais se propagam com grande facilidade, impulsionadas por algoritmos e interesses financeiros. Aproveitando esse impulsionamento, projetos políticos autoritários lançam mão de discursos de ódio contra a educação e os educadores, visando instrumentalizar a ignorância e o preconceito como plataforma eleitoral.

Esses ataques não podem ser entendidos apenas como reações isoladas de indivíduos exaltados. Eles fazem parte de uma engrenagem maior. Atacam, ao mesmo

¹ Professor de História da África da Universidade Federal de Brasília (UNB). Bacharel (2003) e Licenciado em História pela Universidade de Brasília (2006); Especialista em História da África pela Universidade de Lisboa (2005); Mestre em História Social pela Universidade de Brasília (2006) e Doutor em História da África pela York University (2021).

tempo, a universidade pública e a liberdade de cátedra, a própria História como Ciência e a legitimidade da África e da Diáspora africana como campos de estudo. Ao desmontar esses três pilares, o objetivo é fragilizar a Democracia, corroer o pensamento crítico e perpetuar um projeto político de exclusão. Esse processo de revisionismo ideológico e racismo epistemológico materializa-se em práticas que buscam restringir o campo do saber histórico, manipular o passado e desqualificar certas tradições de conhecimento.

1. O ataque à universidade pública e à liberdade de cátedra

A universidade pública brasileira é uma das maiores conquistas democráticas das últimas décadas, sendo responsável pela inclusão no mundo acadêmico e profissional de milhares de pessoas de todas as camadas sociais. A universidade pública e gratuita é um espaço de acolhimento da diversidade, onde jovens de diferentes origens, em especial jovens da periferia, encontram oportunidade de formação e mobilidade social. Para além de seu público-alvo inicial, a universidade também se abre a todos os cidadãos, incluindo alunos 60+, que, depois de vidas profissionais e pessoais consolidadas, buscam a universidade pública para continuar seus estudos e perseguir suas paixões intelectuais. Nesse espaço multifacetado, diferentes gerações e camadas da sociedade se encontram e usufruem juntas de ensino e formação de qualidade. Atacar a universidade pública é, portanto, atacar a própria ideia de que o conhecimento deve ser acessível a todos e não privilégio de poucos.

A universidade pública também tem sido acusada de ser um espaço de “doutrinação”. Para isso, a liberdade de cátedra, princípio constitucional que garante ao professor autonomia para ensinar com base em sua formação e pesquisa, é distorcida e retratada como uma imposição ideológica contra as elites ultraconservadoras estabelecidas. Professores que tratam de temas como racismo, ditadura ou gênero são acusados de “militância política”. Estudantes são estimulados a vigiar e denunciar seus professores. E a sala de aula, que deveria ser espaço de aprendizado, torna-se ambiente de suspeita e intimidação.

Não é por acaso que esses ataques se intensificam justamente contra disciplinas ligadas às Ciências Humanas. A História, a Filosofia, a Sociologia e a Antropologia formam cidadãos críticos, capazes de questionar narrativas oficiais, identificar desigualdades e reconhecer estruturas de opressão. Por isso, são vistas como ameaça. Criminalizar a liberdade de cátedra é uma forma de retirar da sociedade o direito a uma formação crítica e de reduzir o espaço democrático de debate de ideias. Como parte de um projeto deliberado de desmonte, a universidade pública, espaço plural e diverso, é retratada como uma inimiga interna a ser controlada. O que se apresenta como combate à “ideologia” nada mais é do que a tentativa de impor um revisionismo ideológico, no qual apenas certas versões da história e da realidade são aceitas.

2. O ataque à História como Ciência e à profissão de historiador

O segundo pilar atacado é a própria História enquanto disciplina científica. O negacionismo histórico não é novidade, mas no Brasil recente ganhou força como estratégia política. A tática é sempre a mesma: criar “fatos alternativos” do passado, sem compromisso com a pesquisa ou com as fontes, mas com enorme apelo midiático. Não se trata de debate acadêmico legítimo e saudável, mas de substituição da investigação crítica por revisionismos convenientes.

Esse ataque deliberado à ciência histórica também se estende a seus profissionais. Historiadores são atacados como “comunistas” por tratarem de temas centrais para a formação da nação, como a escravidão, o colonialismo e a ditadura militar, e suas pesquisas são menosprezadas sob o argumento de que seriam irrelevantes ou tendenciosas. Na sala de aula, professores de História recebem ataques semelhantes, sendo taxados de inimigos da sociedade, e não mais reconhecidos como agentes fundamentais na formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Quando determinados temas históricos são sistematicamente marginalizados e seus profissionais ridicularizados, evidencia-se a existência de uma política ativa de exclusão de saberes.

O paradoxo é evidente. Os negacionistas se dizem defensores da “verdade histórica”, mas o que fazem é justamente o oposto: minam os critérios da disciplina, desprezam os métodos de análise e desconsideram as evidências documentais. O

objetivo não é esclarecer, mas confundir. Não é explicar, mas manipular. Há precedentes perigosos para essas estratégias negacionistas. Regimes autoritários do século XX, como o colonialismo português na África, o nazismo na Alemanha, ou a ditadura militar no Brasil, também manipularam a História para justificar perseguições e violências. O revisionismo ideológico (e a-histórico) não é apenas um problema acadêmico, mas uma ameaça concreta à Democracia.

3. O ataque racista contra a História da África e da Diáspora

O terceiro eixo desses ataques é, talvez, o mais explícito: o racismo epistemológico contra a África e contra a Diáspora africana. A História da África é frequentemente tratada por esses sabotadores do conhecimento como um campo inútil, excêntrico, ou um luxo acadêmico. Cursos e pesquisas dedicados ao tema são amiúde ridicularizados como “um gasto desnecessário de dinheiro público”. Consequentemente, a pergunta tendenciosa e leviana, “para que serve estudar a África?”, carrega consigo a ideia racista de que o continente não tem história ou de que sua história não importa para o mundo.

Esse desprezo é expressão de um racismo estrutural que acompanha nossa sociedade desde a colonização. Ao negar a agência histórica dos povos africanos, nega-se consequentemente a atuação de seus descendentes afro-brasileiros como sujeitos históricos. Ao minimizar a escravidão, nega-se o caráter violento da formação do país. Ao diminuir a importância das pesquisas sobre a Diáspora, nega-se a centralidade da experiência negra na construção da nação brasileira.

Não se trata de simples ignorância. É uma escolha política. Negar a África e a escravidão é negar o racismo. E negar o racismo é inviabilizar políticas de reparação e igualdade. Ao atacar a História da África, seus detratores não estão apenas questionando um campo acadêmico, mas atacando as bases da luta antirracista e anticolonial no Brasil. O ataque à História da África é, portanto, a continuidade de uma tradição de silenciamento e apagamento da presença africana nas Américas. Para eles, o que interessa é a desqualificação de sistemas de conhecimento, experiências e memórias que desafiam a hegemonia eurocêntrica.

4. O que está em disputa

Esses três ataques – à universidade pública, à ciência histórica e à relevância da África – não são independentes. Elas fazem parte de um mesmo projeto político ultraconservador. Ao deslegitimar a universidade pública, abre-se espaço para privatização e elitização do ensino. Ao desqualificar a História como Ciência, enfraquece-se a formação crítica da sociedade. Ao negar a África como tema relevante, perpetua-se o racismo epistemológico e evita-se o enfrentamento das desigualdades.

O alvo final é a Democracia. Uma sociedade que não tem acesso à Ciência, que não pode confiar em seus professores e que apaga a memória da violência colonial e escravista é uma sociedade vulnerável ao autoritarismo. O revisionismo ideológico, de caráter ahistórico, não é apenas uma disputa sobre passado. Esse é um projeto para controlar o presente e moldar o futuro, à partir da falsificação de memórias.

Resistir a esse processo exige reconhecer a gravidade da situação. Não se trata apenas de defender a profissão de historiador ou a disciplina de História da África, mas de defender o direito da sociedade brasileira de conhecer a si mesma em toda a sua complexidade. Trata-se de garantir que a universidade pública continue sendo um espaço de inclusão, de mobilidade e de aprendizado. E trata-se de afirmar que não há Democracia sem memória e sem História.